

O FÓRUM DAS SEIS

E O FUTURO DAS UNIVERSIDADES

José Luís Pio Romera, técnico-administrativo do Instituto de Artes da Unicamp, assumiu, este ano, pela segunda vez, a coordenação do Fórum das Seis, entidade representativa de docentes e funcionários das três universidades estaduais paulistas. Ao analisar a importância e a atuação do Fórum, ele avalia as vitórias e derrotas, e aponta para a necessidade de se reavaliar os métodos de atuação. Segundo ele, o Fórum pode, e deve, ampliar o debate no interior da USP, Unicamp e Unesp, e interferir de forma mais efetiva nas lutas gerais da vida política nacional.

Embara organizados em entidades representativas autônomas e independentes, os docentes e técnicos-administrativos da USP, Unicamp e Unesp têm uma história rica em campanhas desencadeadas unitariamente. Os exemplos são muitos e vão desde as lutas imediatas às questões mais amplas: nas campanhas salariais, quando negociavam diretamente com o governo do estado (até o final de 1988) ou com as reitorias e o Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas - Cruesp (após a implantação da autonomia universitária, a partir de 1989); nas empreitadas pela democratização das universidades, seja nas reformas dos estatutos ou na tentativa de eleição de dirigentes universitários; a luta em prol da escola pública e por uma LDB voltada aos interesses da maioria da população

brasileira. A defesa da universidade pública, gratuita e de qualidade foi tema de inúmeras lutas, como o “SOS Universidade”, na greve de 1988. A atuação com outros sindicatos, em movimentos na defesa dos interesses do conjunto dos trabalhadores, também registrou momentos significativos.

Em todas as suas atividades, as entidades representativas das três universidades estaduais paulistas procuram respeitar as suas instâncias deliberativas (diretorias, conselhos, assembléias e congressos) para pautar suas atuações. Em nível geral, integram-se em organizações nacionais. No caso das entidades dos técnicos-administrativos, organizam-se na Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras (Fasubra). As seções sindicais de docentes estruturaram-se na Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior - Sindicato Nacional (Andes-SN).

Tanto esta última quanto a Fasubra são filiadas à CUT e compõem o Departamento Nacional de Trabalhadores em Educação (DNTE), em conjunto com CONTEE, Sinasefe e CNTE, que neste último período realizou o I Congresso Nacional de Educação (I Coned), em unidade com entidades científicas e estudantes, em Belo Horizonte, que reuniu mais de 5 mil participantes e produziu as diretrizes para um plano nacional de educação.

A semelhança entre as entidades de docentes e técnicos-administrativos e o fato de atuarem em universidades estaduais públicas fez com que, em muitas das lutas descritas acima e diversas outras, atuassem conjuntamente. Como consequência, ambas as categorias também se aproximaram. Chegaram a se constituir dois fóruns: um das três entidades de técnicos-administrativos e outro das três entidades docentes. Com o advento da autonomia universitária, conquistada na greve de 1988, as negociações saíram do âmbito do funcionalismo estadual, e o interlocutor para as questões salariais passou a ser o Cruesp. Vale ressaltar, no entanto, que as pressões sobre o governo do estado, bem como sobre a Assembléia Legislativa, continuaram a fazer parte das nossas lutas, principalmente por ocasião das votações da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que define as verbas para as três universidades.

Essa conjunção de fatores acabou por favorecer uma aproximação logística entre as seis entidades, levando ao surgimento do Fórum das Seis Entidades (Adunicamp, STU, Adunesp, Sintunesp, Adusp e Sintusp). Os técnicos-administrativos e os docentes do Centro Estadual de Ensino Tecnológico Paula Souza acompanharam as lutas encaminhadas pelo Fórum desde a sua formação. Em 1993, o Sindicato dos Trabalhadores do Ensino Tecnológico Paula Souza (Sinteps) passou a integrá-lo formalmente.

Em sua recente existência, o Fórum das Seis Entidades foi vitorioso em diversas lutas. Entre elas, podemos citar a batalha pela ampliação de verbas na LDO, em 1991, quando nossa greve conquistou a mudança do percentual de repasse da arrecadação do ICMS de 8,4% para 9,0% para a USP, Unicamp e Unesp. Na LDO de 1994, o percentual foi de 9,0% para 9,57%, além da implantação de uma política salarial após o Plano Real, que não foi cumprida total-

mente pelos reitores. Na greve de 1996, apesar de não conquistarmos a reposição salarial desejada, tivemos também vitórias, como por exemplo a retirada da emenda do deputado Vaz de Lima (PSDB), que propunha a cobrança de mensalidades na USP, Unicamp e Unesp; conseguimos, também, descongelar o orçamento para 1997, derrotando o governo Covas na Assembléia Legislativa. É preciso ressaltar, neste último movimento, a grande participação dos estudantes na greve e nos atos, o que contribuiu para as vitórias na Assembléia Legislativa; isso demonstra que o Fórum das Seis soube dialogar com este segmento, conduzindo unitariamente as atividades.

É fato que na questão salarial perdemos cerca de 2/3 do nosso poder aquisitivo desde a autonomia. Mas é fato, também, que os picos salariais ocorreram nas datase onde o movimento foi mais forte. Mesmo nos momentos de folga financeira, os reitores só concederam reajustes significativos quando estivemos em greve.

Embora tenhamos enumerado significativos aspectos positivos, podemos perceber falhas e insuficiências de várias esferas no Fórum das Seis Entidades. Vamos a elas.

Alguns aspectos importantes, até mesmo para ampliarmos a compreensão da necessidade e da legitimidade do Fórum, ainda são tratados inadequadamente nas reuniões. Vejamos dois deles: em primeiro lugar, a organização sindical e a relação das entidades integrantes do Fórum com a base; em segundo, a sua intervenção do ponto de vista acadêmico e da política geral do país.

O Fórum das Seis constitui-se numa forma de organização sindical desatrelada da estrutura oficial, criada por Getúlio Vargas. Isso não faz, no entanto, com que supere os vícios do sindicalismo oficial. Tomemos como exemplo a sua relação com a base sob dois aspectos: a comunicação e a democracia nos processos de deliberação. Os poucos boletins produzidos pelo Fórum têm cumprido o importante papel de repassar à comunidade universitária os dados econômicos e as diferentes formas de interpretação dos orçamentos das universidades; têm conseguido, também, atingir o objetivo de demonstrar que, sistematicamente, o que tem impedido os técnicos-administrativos e docentes de terem seus salários reajustados não é a insuficiência de ver-



Professores e funcionários da Unicamp, USP e Unesp votam pela continuidade da greve em 1996.

bas, mas sim a política desenvolvida pelos reitores das três universidades estaduais paulistas e pela superintendência do Centro Paula Souza. Temos conseguido mostrar que nossos administradores seguem as “orientações” do governo estadual, que, por sua vez, sequer vem cumprindo a LDO no que se refere aos repasses de verbas originárias da arrecadação do ICMS. Mas os boletins têm se limitado a este papel.

O que queremos dizer é que a análise da conjuntura política, do papel da universidade pública e da necessidade de sua democratização, ainda está colocada em segundo plano. Esta situação – reflexo da crítica que faremos mais adiante a respeito do estilo de intervenção política e acadêmica do Fórum – é, a nosso ver, um dos geradores das crises internas ocorridas nas lutas das datas-base e LDO’s anualmente.

É preciso, também, tocar na questão da democracia do Fórum. É verdade que, em sua história, ele jamais se viu questionado por encaminhar lutas e ações distantes das perspectivas de sua base. Isto deve-se à sensibilidade das direções de cada sindicato, que devem ser reconhecidas e fortalecidas. No entanto, os trabalhadores das universidades não podem ficar à mercê da capacidade das direções de suas entidades. Embora consensual no Fórum, a existência de plenárias deliberativas de base ainda não é uma realidade no encaminhamento conjunto de nossas lutas. Queiramos ou não, isso pode levar à repetição de vícios

que criticamos na Central Única dos Trabalhadores, principalmente o fato de a direção do movimento sentir-se suficientemente representativa para deliberar sobre questões que atingem a vida dos trabalhadores. Esta metodologia pode abrir espaços para distorções fenomenais, onde a distância entre a vontade da base e a percepção de suas direções é monstruosa. O exemplo da negociação da reforma da Previdência Social, promovida pela CUT, está aí para comprovar.

Mais grave, porém, que os problemas organizativos é a atuação política e acadêmica do Fórum das Seis. É preciso reconhecer que há uma preocupação efetiva em relação a esta questão. Basta verificar os seguidos documentos às instâncias acadêmicas e conselhos universitários, a defesa do caráter público das universidades, a presença de nossos representantes em Brasília e na Assembléia Legislativa, defendendo questões de interesse dos trabalhadores em geral.

Observe-se o seguinte fato: USP, Unicamp e Unesp são responsáveis por cerca de 60% da produção da pesquisa nacional. Têm, entre seus docentes (em especial), estudantes e técnicos-administrativos (em menor escala, dentro da realidade que os coloca como meros acessórios na vida das universidades), grandes pensadores da política desenvolvida ao nível nacional. Difícil explicar, assim, que o Fórum não tenha a atuação política e acadêmica desejada em questões fundamentais para a universidade pública e a população que a sustenta.

Vamos a um exemplo: os hospitais universitários vinculados às universidades federais vivem uma crise profunda (segundo dados da Fasubra e da An-des), devido ao descaso do governo FHC. Já os hospitais universitários paulistas, em vez de cumprir o papel de hospitais-escola (por exemplo, pesquisando prioritariamente a cura para males do nosso século, como a Aids), desempenham a função de grandes centros de saúde, substituindo a responsabilidade das prefeituras de suas regiões. Estas, por sua vez, satisfazem a população transportando pacientes em ambulâncias e ônibus para os hospitais universitários. Temos a certeza de que as universidades e o Fórum das Seis têm acúmulo suficiente sobre o funcionamento do SUS. Além de discutir a questão salarial, o Fórum também deve interferir neste e em outros temas.

Os dados estatísticos comprovam que o ingresso de trabalhadores na universidade pública é bastante superior ao que afirmam os defensores da cobrança de mensalidades. Contudo, é inegável que as universidades públicas paulistas não têm entre seus estudantes a proporção de trabalhadores e negros, por exemplo, que encontramos na sociedade. É fato que podemos interferir nestes assuntos e que nossa atuação, hoje, é insuficiente.

Numa conjuntura onde a defesa do Estado mínimo é a grande moda do momento, organizações como o Fórum das Seis adquirem papel fundamental na relação com a população e com o futuro do serviço público.

O governo FHC – que tem em suas principais pastas, não por acaso, quadros oriundos das universidades estaduais paulistas – baixa pacotes e medidas que destroem a educação pública, a vida dos aposentados, desconsidera direitos adquiridos, elimina postos de trabalho, incentiva demissões voluntárias (que, invariavelmente, têm sido responsáveis pela perda de parte significativa dos melhores profissionais do serviço público). A população será a principal atingida por esta política que vem sendo implementada, cujo principal objetivo é a destruição dos serviços públicos e a transferência de seu patrimônio para a iniciativa privada.

As universidades produzem pesquisa de ponta em

diversas áreas. Temos que intensificar a luta para que o fruto dessas pesquisas seja usufruído pela população que a sustenta.

Combatemos cotidianamente a destruição dos serviços públicos de saúde e educação, mas é preciso ampliar essa atuação e envolver a população, ajudando no resgate da qualidade e tornando os serviços prestados cada vez mais acessíveis à maioria, nos postos de saúde e escolas dos bairros e cidades cuja localização justifique a ação das universidades. Assusta perceber que, num futuro bem próximo, o desemprego estrutural e o subemprego, conseqüências do projeto neoliberal de FHC, atingirão níveis catastróficos, superiores aos já alarmantes índices registrados hoje.

O Fórum das Seis tem todas as condições para contribuir mais com esse debate dentro e fora das universidades, já que a existência de serviços públicos é de fundamental importância para a sobrevivência dos excluídos. As universidades, em especial, podem gerar políticas opostas ao receituário neoliberal.

Há quem defenda, certamente influenciado pelas debilidades elencadas, que o Fórum das Seis já teria cumprido o seu papel histórico. Estamos na outra ponta deste debate. Temos a convicção de que o Fórum deve criar espaços de discussões, estudos e defesa de um projeto para a universidade pública e para a sociedade brasileira. Deve buscar, também, gerar alternativas de prática sindical radicalmente democrática e emanada da organização da comunidade universitária. O Fórum deve aceitar o desafio de apontar para o movimento sindical e para a esquerda do Brasil que é possível, mesmo numa conjuntura política e econômica internacionalmente desfavorável, sair da postura defensiva que tem pautado sua atuação nos últimos anos para a interferência prática, via movimentos sociais, na agenda político, econômica e acadêmica de nosso país.

Cúmplices e partícipes destes problemas e desafios (até mesmo porque assumimos a tarefa de coordenação do nosso Fórum pela segunda vez), estamos dispostos a contribuir para a superação de todas as nossas debilidades e consolidar definitivamente o Fórum das Seis como responsável no encaminhamento de muitas lutas vitoriosas. 